

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
**GABINETE DO VEREADOR DAGBERTO REIS**  
Estado do Rio Grande do Sul  
Edifício Presidente Getúlio Vargas  
Rua Senador Salgado Filho, 528 CEP: 97.573-49  
Fone: (55) 3241 – 8600 Gabinete: (55)3241- 8613



## **MOÇÃO DE PROTESTO ..... / 2019**

**Exmo Sr**  
**Romário Paz**  
**Presidente do Poder Legislativo**  
**Santana do Livramento-RS**

### **Moção de Protesto contra a aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei 3261/2019 que cria o Marco Regulatório do Saneamento**

O vereador Dagberto Cezarino dos Reis, no uso de suas atribuições legais, vem conforme Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresentar a presente **MOÇÃO DE PROTESTO** contra a aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei 3261/2019 que cria o Marco Regulatório do Saneamento, pelos motivos a seguir detalhados:

O acesso a água e ao saneamento é um direito humano com valor social e não pode ser tratado como simples negócio, água é um bem público, não mercadoria. É um direito que deve ser garantido universalmente e com qualidade, o que só pode acontecer no âmbito de uma gestão pública. Por isso, os serviços de captação e distribuição de água devem ser geridos pelos municípios e estar sob o mais rígido controle público, sob pena de a respectiva missão social ser entregue a quem procura exclusivamente o lucro. A água é um bem público essencial a cidadania e não pode ser tratada como mercadoria para enriquecer poucos e sacrificar a população. Não podemos concordar que o saneamento seja objeto de lucro e enriquecimento privado pela cobrança de altos preços sobre a água que tanto precisamos para a manutenção da vida.

O Seminário Internacional em Defesa da Água Pública realizado nos anos de 2018 e 2019 já vinha alertando para essa possibilidade de que a privatização gera aumento da tarifa de água e das taxas cobradas. Se hoje já não há controle público da população sobre as tarifas e taxas cobradas nos serviços de saneamento, com a privatização esses preços vão às alturas. A entrega da água para o capital privado é nefasta para a sociedade, afetando a saúde do nosso povo e a sua qualidade de vida. O

saneamento básico e dever do Estado é um direito fundamental de todos os cidadãos.

Em Santana do Livramento onde aflora o Aquífero Guarani e onde possuímos o DAE - Departamento de Água e Esgotos é de suma importância que esta gestão continue sendo feita pelo Poder Público. Atualmente tanto a privatização do Dae conforme emenda a Lei Orgânica do vereador Glauber Lima, quanto a parceria público privada (PPP) emenda do vereador Dagberto Reis, não podem ser efetivadas sem a realização de um plebiscito. Autarquia essa superavitária, que é orgulho de todos os santanenses e que já demonstrou que é viável e que com boa gestão tem capacidade de investimento.

A Câmara de Vereadores de Santana do Livramento conta com a Frente Parlamentar em Defesa da Água Pública que se propôs a atuar e lutar em defesa da água como bem público, cumprindo papel relevante para a sociedade, na tentativa de garantir que não falte, a quem quer que seja esse bem, que é essencial a vida.

Entretanto o PL 3261/ 2019, de autoria do Senador Tasso Jereissati e que muda o Marco Regulatório do Saneamento, em especial no que tange ao fim dos contratos de programa, afeta diretamente o subsídio cruzado existente no setor e inviabiliza a participação pública na prestação dos serviços, resultando na privatização do setor com consequente aumento de tarifas e sucateamento dos serviços em municípios pequenos e poderá nos afetar.

O PL em questão tem inconsistências profundas com ataque frontal ao pacto federativo com invasão de competência dos Estados e Municípios pelo Governo Federal, acaba com os contratos de programa expulsando o poder público das prestações dos serviços públicos de Saneamento, acaba com os subsídios cruzados o que vai inviabilizar a universalização dos serviços principalmente nas regiões periféricas e Municípios com baixa densidade demográfica, e resultará na privatização do setor acabando com a possibilidade de universalização dos serviços para toda a população e no aumento exorbitante das tarifas.


Em todo o mundo existe um grande movimento de reestatização/remunicipalização em diversos setores, inclusive nos de serviços públicos, em especial no de Saneamento. Neste sentido cumpre destacar países como Estados Unidos, França, Alemanha e Argentina que já retomaram os serviços das mãos da iniciativa privada devido a diversos motivos, mas com destaque para a má gestão, a falta de investimentos, a não universalização dos serviços e o aumento de tarifas.

No Brasil podemos citar Manaus, Tocantins e Itu como exemplos de privatizações que deram errado, aqui na região Sul, na fronteira Oeste temos o exemplo do município de Uruguaiana e que a população ficou prejudicada, principalmente com a falta dos serviços.

Diante do exposto, reiteramos que a aprovação do PL 4162/19 pelo Senado é uma medida perversa que acentuará as desigualdades sociais em nosso País e lamentamos que o projeto, votado em plena pandemia, não contribuirá para melhorar a situação de saúde e sim poderá agravá-la no futuro, pois o mais importante recurso natural para a vida, a água potável, não pode ser tratada como uma mercadoria.

Após aprovação, requer-se que seja encaminhada a presente Moção de Protesto à Assembleia Legislativa do RS, Câmara Federal, Governo Federal, Sindiágua RS, Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, DAE Departamento de Água e Esgoto de Santana do Livramento, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

Sant'Ana do Livramento, 01 de julho de 2020.

  
Dagberto Reis  
Vereador da Bancada do PT



(55) 9 8454 3702



[dagbertoreis@gmail.com](mailto:dagbertoreis@gmail.com)



[@DagbertoReis](https://twitter.com/DagbertoReis)



[Dagberto Reis](https://www.facebook.com/DagbertoReis)



[dagbertoreis](https://www.instagram.com/dagbertoreis)